

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 19ª REGIÃO - CRQ XIX
CONCURSO PÚBLICO 2018

10 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

Ruído ruim, silêncio bom?

Segundo o pesquisador e neurologista Michael Wehr, da Universidade de Oregon, nossos neurônios se acendem durante a quietude, de modo que o cérebro a está reconhecendo: não o vive como uma ausência de inputs. Na mesma linha raciocina a cardiologista e neurologista Imke Kirste: uma pesquisa, realizada somente com camundongos, mostrou que o silêncio, em maior nível do que qualquer melodia, provoca neurogênese (nascimento de novos neurônios).

“O pensamento profundo e meditado gera novas conexões entre os neurônios. Ou seja, uma vida intelectual ativa, que exige concentração e, portanto, silêncio, desempenha um papel protetor em distúrbios neuronais. Por exemplo, sabemos que um alto nível de escolaridade está associado a um menor risco de sofrer da doença de Alzheimer”, diz o neurologista, que aconselha uma rotina pouco barulhenta e pontuada por momentos de silêncio.

“Não é preciso se isolar completamente. Basta viver uma vida normal, com especial atenção para a calma.” Na verdade, nenhum cérebro humano aguenta o silêncio total. Existem câmaras anecóicas que reproduzem, no ambiente médico, o que há de mais parecido ao silêncio absoluto, e ninguém consegue ficar mais de 40 minutos dentro delas, porque o cérebro está sempre à procura estímulos e se não os encontra fora, amplia o ruído do coração, dos intestinos”, continua o cientista.

(https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/07/ciencia/1473259838168902.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM)

01- Depreende-se da leitura do primeiro parágrafo do texto:

- A. O silêncio tem efeito positivo no organismo, que funciona melhor como resultado do contraste com o som.
- B. O efeito da música no sistema nervoso confunde-se com o do silêncio, não sendo possível afirmar qual o mais benéfico à saúde.
- C. A neurogênese é um fenômeno da modernidade: ocorre apenas quando o homem não está exposto aos ruídos tecnológicos da atualidade.
- D. Nas pesquisas realizadas em camundongos, verificou-se que os indicadores de relaxamento humanos dispararam durante a exposição ao silêncio.
- E. A ausência de *inputs* durante a exposição ao silêncio subverte a ideia de que ele resulta na neurogênese em humanos e camundongos.

02- Após a leitura do segundo parágrafo do texto, é correto afirmar que:

- A. A aquisição efetiva de conhecimento durante os anos de escola só é possível por meio do silêncio.
- B. Uma rotina barulhenta permite que momentos de silêncio previnam doenças do sistema cardiovascular.
- C. Há melhora na saúde daquele que se predispõe aos benefícios de uma vida reflexiva.
- D. É fato que todos aqueles que estudaram mais anos estão imunes ao Mal de Alzheimer.

- E. Novas conexões entre os neurônios acontecem naqueles que estendem seus períodos de silêncio em detrimento da concentração.

03- De acordo com o terceiro parágrafo, assinale a opção correta:

- A. O silêncio não é tão importante quanto a calma.
- B. Nenhum cérebro consegue suportar o silêncio total, portanto o estudo referente à relação entre silêncio e saúde mental é inconclusivo.
- C. Apesar de ser positivo em momentos pontuais, o isolamento não representa maior ganho à saúde humana se levado ao extremo.
- D. A exposição às chamadas câmaras anecóicas comprovaram que o silêncio total é mais prejudicial que benéfico ao ser humano.
- E. Os estímulos cerebrais são potencializados pela ampliação do ruído dos intestinos e do coração.

04- “nossos neurônios se acendem durante a quietude, de modo que o cérebro a está reconhecendo: não o vive como uma ausência de inputs”

O emprego dos dois pontos poderia ser substituído, sem prejuízo da compreensão e da correção gramatical, por:

- A. Embora
- B. Todavia
- C. Pois
- D. Por que
- E. Não obstante

A moça em prantos

O poeta encontrou uma pedra no meio do caminho, nunca esqueceu dessa pedra, que lhe deu assunto para o seu poema mais conhecido. Não sendo poeta, encontrei não uma, mas infinitas pedras no meio do caminho.

Mas jamais esqueci a primeira moça que vi chorando. Eu devia ter seis ou sete anos, achava que só as crianças podiam e deviam chorar, tinham motivos bastante para isso, desde as fraldas molhadas nos primeiros meses de existência até a inexpugnável barreira dos “não pode”.

Mesmo assim fiquei imaginando a causa do seu pranto. Faltara à escola e por isso ficara sem sobremesa? Fora proibida de brincar na calçada? Queria ganhar uma bicicleta e fora convencida a continuar com o insípido velocípede?

Vi muita gente chorando depois, homens feitos, mulheres maduras. Eu mesmo, quando levo meus trancos, repito o menino que ia para debaixo da mesa de jantar para poder chorar sem passar recibo da minha dor. A moça que chorava não se escondera, chorava de mansinho, na verdade nem parecia estar chorando. Devia apenas estar muito triste porque misturava todos os motivos para a sua tristeza.

Carlos Heitor Cony, Folha de São Paulo, 04/05/2003)

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 19ª REGIÃO - CRQ XIX
CONCURSO PÚBLICO 2018

05- “fora convencida a continuar com o insípido velocípede?”
O vocábulo destacado foi empregado no sentido de:

- A. “sem paladar”
- B. “insuficiente”
- C. “infantil”
- D. “antiquada”
- E. “monótona”

06- Assinale a alternativa correta quanto à análise linguística dos trechos do texto:

- A. “Eu devia ter seis ou sete anos, achava que só as crianças podiam e deviam chorar”
Os termos sublinhados são de mesmo sentido.
- B. “fiquei imaginando a causa do seu pranto”
Não ocorre a fusão da preposição com o artigo feminino diante de complementos nominais.
- C. “Faltara à escola e por isso ficara sem sobremesa?”
Houve crase, pois o termo antecedente exige preposição e o conseqüente aceita o artigo feminino.
- D. “fora convencida a continuar”
Não há crase diante de verbos, pois o verbo não admite preposição ‘a’, tornando a crase nesse caso, facultativa.
- E. “que ia para debaixo da mesa de jantar para poder chorar”
Os termos sublinhados são de mesmo sentido.

07- A expressão “sem passar recibo” tem o mesmo sentido de:

- A. “Sem indagar”
- B. “sem fingir”
- C. “sem revelar”
- D. “vestir a carapuça”
- E. “mal disfarçar”

08- No primeiro parágrafo, o autor emprega uma função da linguagem para introduzir a narrativa. Qual delas?

- A. Metalinguística
- B. Fática
- C. Conativa
- D. Formal
- E. Poética

09- Na expressão “não pode”, as aspas foram empregadas para:

- A. Destacar termo pertencente ao jargão de uma profissão.
- B. Indicar termo pejorativo.
- C. Realçar uma expressão jocosa.
- D. Destacar um título.
- E. Explicar o sentido de uma gíria.

10- Em qual dos trechos abaixo há uma construção em desacordo com as regras vigentes da colocação e regência da língua portuguesa?

- A. “Aos 40 anos, Adriana Regina de Almeida Fernandes sempre sonhou em ser médica.”

- B. “Adriana formou em Direito, tinha escritório próprio, fez pós, mestrado e doutorado na área.”
- C. “Quando tinha 18 anos, passei no vestibular. Porém, em outra cidade, no interior paulista. Por medo e insegurança, desisti de ir e ingressei em Direito”, conta.”
- D. “Tudo começou há três anos, minha filha entrou no Ensino Médio e estava decidida a Medicina.”
- E. “Foi quando Adriana decidiu conversar com a filha, a família e o marido, sobre o sonho que havia ficado no passado. Para sua surpresa, Victoria amou ter a mãe como amiga na academia.”

30 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11- Dentre as alternativas abaixo, assinale a única que não indica um dos princípios fundamentais que regem as relações internacionais do Estado brasileiro, definidos na Constituição Federal.

- A. Autodeterminação dos povos.
- B. Igualdade entre os Estados.
- C. Solução pacífica dos conflitos.
- D. Concessão de asilo político.
- E. Dignidade da pessoa humana.

12- Acerca da fiscalização orçamentária, definida na Constituição Federal, julgue os itens a seguir em verdadeiros ou falsos.

- I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União quanto à legalidade, é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- II. O Congresso Nacional no exercício do controle externo tem por apoio o Tribunal de Contas da União.
- III. Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária, tem o dever de prestar contas.
- IV. Uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.
- V. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

- A. V, V, V, V, V.
- B. V, F, F, V, F.
- C. F, V, V, F, F.

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 19ª REGIÃO - CRQ XIX
CONCURSO PÚBLICO 2018

- D. V, V, V, F, V.
- E. V, V, V, F, F.

13- No tocante ao sistema orçamentário e aos orçamentos da União, é correto afirmar:

- A. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara dos Deputados, em duas votações.
- B. O exame e a emissão de pareceres sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República incumbe a uma Comissão Permanente de Senadores.
- C. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- D. A Constituição Federal admite excepcionalmente a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, desde que tais recursos tenham como destinação ações e serviços públicos de saúde.
- E. Um investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, desde que previsto na Lei Orçamentária do exercício anterior.

14- O Tribunal de Contas da União é um órgão independente, responsável por auxiliar o Poder Legislativo no controle externo da Administração Pública. Com relação ao Tribunal de Contas da União, não se pode afirmar:

- A. É composto por nove Ministros.
- B. Possui jurisdição em todo o território nacional.
- C. Um terço dos Ministros é escolhido pelo Presidente da República, com posterior aprovação dos nomes pelo Congresso Nacional.
- D. Os Ministros do Tribunal de Contas da União têm as garantias de inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos.
- E. Para ser Ministro do TCU é necessário ser brasileiro, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, possuir reputação ilibada e idoneidade moral, deter notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, contábeis e financeiros ou de administração pública, além de ter mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija tais conhecimentos.

15- Os direitos fundamentais são tradicionalmente classificados pela Doutrina Majoritária em três gerações, referindo-se aos momentos de evolução histórica no qual surgiram. Tendo isto em vista, a única alternativa que apresenta a correta correspondência entre o direito indicado e a geração à qual pertence é:

- A. Direito de propriedade – Segunda Geração
- B. Direito de associação – Terceira Geração
- C. Direito à educação – Primeira Geração

- D. Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – Terceira Geração
- E. Direito à locomoção – Segunda Geração

16- São características dos direitos fundamentais, exceto:

- A. Inalienabilidade
- B. Universalidade
- C. Imprescritibilidade
- D. Irrenunciabilidade
- E. Ilimitabilidade

17- A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso IV, assim dispõe: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. Trata-se da liberdade de expressão. Sobre este tema, julgue os itens abaixo em verdadeiros ou falsos.

- I. A liberdade de expressão, constitucionalmente assegurada, permite que qualquer pessoa possa manifestar seu pensamento, seja oralmente ou por escrito, desde que não o faça de maneira anônima.
- II. Ao mesmo tempo em que o referido dispositivo constitucional garante a liberdade de expressão, também determina a vedação ao anonimato, a fim de possibilitar a responsabilização daqueles que, exercendo abusivamente sua liberdade de expressão, causarem dano a outrem.
- III. Delações anônimas, quando acompanhadas de documentos instrutórios, devem servir de base para a instauração da *persecutio criminis*, ainda que o Poder Público não tenha adotado outras medidas para verificar a verossimilhança das alegações apresentadas nestas delações, em virtude do princípio da economia processual.
- IV. Em decorrência da vedação ao anonimato, o STF mantém o entendimento de que não são admitidas denúncias anônimas como única causa do exercício da atividade punitiva do Estado.
- V. As manifestações favoráveis à legalização das drogas são consideradas atos criminosos, por interpretação do Código Penal, visto que o STF entende como constitucional a criminalização da defesa da legalização das drogas, uma vez que, segundo seu posicionamento, a liberdade de expressão “não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal.”.

- A. V, V, V, V, V.
- B. V, V, F, V, F.
- C. F, V, V, F, F.
- D. V, V, F, F, F.
- E. V, V, V, F, F.

18- No dia 14 de setembro de 2018 (sexta-feira), se deu o termo inicial do prazo para o Conselho Regional de Química da 19ª Região oferecer contestação em uma Ação de natureza cível, procedimento ordinário, que foi interposta em seu desfavor em uma das varas federais de uma Comarca do Estado da Paraíba. Diante das regras processuais vigentes, assinale a alternativa que indica o último dia do prazo para interposição da referida

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 19ª REGIÃO - CRQ XIX
CONCURSO PÚBLICO 2018

contestação de forma tempestiva. No cômputo do prazo, considere que não houve feriados no período.

- A. 1º/10/2018
- B. 04/10/2018
- C. 05/10/2018
- D. 25/10/2018
- E. 26/10/2018

19- Acerca das regras de Competência, assinale a alternativa incorreta.

- A. A incompetência absoluta deverá ser alegada como questão preliminar de contestação.
- B. A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
- C. A incompetência relativa deverá ser alegada incidentalmente, através de exceção de incompetência, por instrumento apartado à contestação.
- D. Estará precluso o direito do réu de alegar a abusividade de cláusula de eleição de foro se, citado, deixar de arguí-la na contestação.
- E. Os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente deverão ser conservados até que outra seja proferida pelo juízo competente, se for o caso, salvo decisão judicial em sentido contrário.

20- A petição inicial é o ato processual que dá início à Ação e inaugura a marcha processual. Diante de sua importância para o correto desenvolvimento processual, o Código de Processo Civil dispõe sobre requisitos da petição inicial. Entre esses requisitos, a petição inicial deverá indicar os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu.

Com relação ao enunciado, e à luz das normas processuais vigentes, assinale a alternativa que completa incorretamente a seguinte assertiva:

“Quando a petição inicial deixar de indicar essas informações do autor ou do réu...”

- A. O juízo, em seu despacho inicial, deverá indeferir a petição inicial por ausência das condições que viabilizem o prosseguimento da ação, ou por apresentar defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito.
- B. É possível ao autor requerer que o juízo tome as diligências necessárias para a obtenção dessas informações.
- C. A petição inicial não será indeferida se, ainda assim, for possível a citação do réu.
- D. A petição inicial não será indeferida se o juízo verificar que a obtenção de tais informações torna impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.
- E. O juízo determinará que o autor emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, no prazo de quinze dias.

21- Sobre a capacidade processual das partes, assinale a alternativa correta no que tange a atuação do cônjuge da parte processual.

- A. É sempre indispensável ao cônjuge o consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário.
- B. Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é dispensável nas hipóteses de comosse ou de ato praticado por ambos.
- C. É dispensável a citação de ambos os cônjuges para a ação resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles.
- D. Na ação que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges, a citação de ambos os cônjuges é necessária.
- E. É dispensável a citação de ambos os cônjuges para a ação fundada em dívida contraída por apenas um dos cônjuges a bem da família.

22- Assinale a alternativa incorreta acerca das normas processuais vigentes sobre Execução.

- A. A conduta comissiva ou omissiva do executado que, intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exhibe prova de sua propriedade, é considerada atentatória à dignidade da justiça.
- B. É possível ao exequente desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva.
- C. Havendo mais de um devedor, com diferentes domicílios, a execução fundada em título extrajudicial poderá ser proposta no foro de qualquer deles, à livre e irrestrita escolha do exequente.
- D. Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos no prazo de quinze dias.
- E. Na execução fundada em título extrajudicial, em seus embargos, a Fazenda Pública poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.

23- Ainda sobre as regras processuais de Execução, é incorreto afirmar que são impenhoráveis:

- A. As quantias depositadas em caderneta de poupança.
- B. O seguro de vida.
- C. Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas.
- D. Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor.
- E. Os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei.

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 19ª REGIÃO - CRQ XIX
CONCURSO PÚBLICO 2018

24- Acerca das normas processuais vigentes que regem os Recursos no Processo Civil Brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- A. Os recursos, por sua natureza devolutiva, impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- B. O recorrente poderá, a qualquer tempo, mesmo sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- C. A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.
- D. De acordo com as normas processuais vigentes, não cabe recurso contra despachos exarados.
- E. Durante o prazo para a interposição do recurso, se houver o falecimento da parte ou de seu advogado, ou ocorrer motivo de força maior que suspenda o curso do processo, será tal prazo restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente o prazo depois da intimação.

25- Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A. Nos contratos administrativos, a administração não goza de prerrogativas, haja vista que isto configuraria a existência de cláusulas exorbitantes no instrumento contratual, o que é vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- B. Os contratos administrativos são regidos por normas de direito público, mas, havendo lacuna legislativa no tocante a alguma situação concreta, poderão ser aplicadas normas de direito privado de maneira supletiva.
- C. Todos os contratos celebrados pela Administração Pública devem ser regidos por normas de direito público, tendo em vista a necessidade de proteção do interesse público que deve se sobrepor ao interesse privado.
- D. Os contratos administrativos têm como características serem consensuais, formais, impessoais, comutativos e onerosos.
- E. Todos os contratos administrativos devem ser precedidos de licitação, em obediência ao princípio da impessoalidade que rege a Administração Pública.

26- Na forma da lei devem, obrigatoriamente, integrar os contratos administrativos as seguintes cláusulas, exceto:

- A. Cláusulas que estabeleçam o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- B. Cláusulas que estabeleçam o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- C. Cláusulas que estabeleçam os casos de rescisão.
- D. Cláusulas que estabeleçam as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso.

E. Cláusulas que estabeleçam a legislação aplicável à execução do contrato, não sendo obrigatória a indicação da legislação aplicável aos casos omissos.

27- Ainda sobre contratos administrativos, no que concerne às alterações unilaterais, é incorreto o que se afirma em:

- A. Somente a Administração Pública pode alterar unilateralmente os contratos administrativos.
- B. As alterações unilaterais independem do consentimento da outra parte, mas devem respeitar o interesse público.
- C. A Administração está autorizada a realizar alterações qualitativas e quantitativas nos contratos administrativos, desde que respeitada a natureza do contrato.
- D. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, a Administração poderá alterar unilateralmente o contrato, a fim de promover uma melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- E. Se se tornar necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço ou do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários, a Administração poderá alterar unilateralmente o contrato.

28- Os atos administrativos possuem como atributos a imperatividade, tipicidade, presunção de legitimidade e auto executoriedade. No que concerne ao atributo da presunção de legitimidade, aponte a única hipótese em que tal atributo poderá ser afastado, permitindo-se que o destinatário do ato administrativo possa negar-lhe o cumprimento, sem que necessite esperar por uma declaração de invalidade do ato.

- A. Ordem manifestamente ilegal dada a servidor público por seu superior hierárquico.
- B. Ato administrativo emanado de autoridade incompetente.
- C. Portaria de exoneração de servidor eivada de vício aparente.
- D. Ato administrativo que reconheça direitos aos administrados.
- E. Notificação de infração de trânsito decorrente de radar de velocidade com defeito.

29- A respeito da competência para a prática dos atos administrativos, é incorreto afirmar:

- A. Decorre de norma expressa.
- B. A lei é a fonte exclusiva da competência.
- C. A competência caracteriza-se por ser um poder-dever do agente público, sendo de exercício obrigatório.
- D. A competência é irrenunciável.
- E. Desde que não haja impedimento legal, é possível que um órgão administrativo delegue parte de sua competência a outro órgão, ainda que este não lhe seja hierarquicamente subordinado.

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 19ª REGIÃO - CRQ XIX
CONCURSO PÚBLICO 2018

30- Com relação ao mérito dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- I. O mérito administrativo apenas existe nos atos administrativos discricionários.
- II. O mérito administrativo não está sujeito ao controle do Poder Judiciário.
- III. O controle do mérito dos atos administrativos realizado pela Administração pode resultar na revogação ou não do ato administrativo, mas nunca em sua anulação.
- IV. O juízo de conveniência e oportunidade realizados pela Administração quando da prática do ato administrativo compõe o mérito administrativo.
- V. O controle do mérito do ato administrativo somente pode ser realizado pela própria Administração e se refere ao controle de oportunidade e conveniência do ato.

- A. F, V, F, V, V.
- B. V, V, F, V, V.
- C. V, V, V, V, V.
- D. F, F, F, V, V.
- E. V, F, V, V, F.

31- João, condutor do veículo X, teve seu veículo atingido pelo veículo Y, pertencente à Administração Pública do Estado da Paraíba, quando o condutor do veículo Y ultrapassou o sinal vermelho num cruzamento. Em virtude do abalroamento, João sofreu dano patrimonial no importe de R\$10.000,00 (dez mil reais). Visando a reparação dos danos que sofreu, João pretende ingressar com uma ação de reparação de dano em face do Estado da Paraíba. Neste caso:

- A. A ação deverá ser proposta tanto em face do Estado da Paraíba, quanto em face do condutor do veículo Y, em litisconsórcio passivo necessário, conforme entendimento do STF.
- B. A responsabilidade do Estado dependerá da aferição da culpa do condutor do veículo Y, por ser agente público, mediante produção de provas durante a instrução processual.
- C. O prazo prescricional para a ação de reparação de dano contra a Administração é de quatro anos.
- D. Para a caracterização do dever de indenizar do Estado, João, na ação de reparação de dano, apenas precisará demonstrar a existência do nexo causal entre o fato danoso e o dano sofrido.
- E. O dever de indenizar os danos sofridos por João compete ao Estado da Paraíba e ao condutor do veículo Y, havendo responsabilidade solidária entre ambos.

32- A respeito do Conselho Federal de Química foram formulados os itens a seguir. Analise-os.

- I. O Presidente do Conselho Federal de Química é nomeado pelo Presidente da República e escolhido dentre os nomes constantes da lista quintupla organizada pelos membros do Conselho.

- II. O mandato do presidente e dos conselheiros federais efetivos e dos suplentes é honorífico e tem duração de quatro anos.
- III. O Conselho Federal de Química possui autonomia administrativa e patrimonial e é dotado de personalidade jurídica de direito público.
- IV. O Conselho Federal de Química tem como atribuição aprovar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais, modificando o que se tornar necessário, a fim de manter a unidade de ação.
- V. Compete ao Conselho Federal de Química propor ao Governo Federal as modificações que se tornarem convenientes para melhorar a regulamentação do exercício da profissão de químico.

- A. F, V, V, V, F.
- B. F, F, V, V, V.
- C. V, V, F, F, V.
- D. V, V, V, V, F.
- E. V, V, V, V, V.

33- O Presidente do Conselho Federal de Química possui como competências, exceto:

- A. Suspender a sessão sempre que não puder manter a ordem ou as circunstâncias o exigirem.
- B. Funcionar como relator e como vogal.
- C. Convocar suplente no caso de vacância ou impedimento do Conselheiro Federal.
- D. Exercer o direito de veto.
- E. Assinar os acórdãos do CFQ com os relatores.

34- Sobre as regras estabelecidas no regimento interno do Conselho Federal de Química, analise as proposições abaixo em verdadeiras ou falsas.

- I. Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho Regional de Química, desde que com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis e apenas para tratar de assuntos inadiáveis.
- II. É vedada a deliberação sobre assuntos normativos em reuniões extraordinárias.
- III. Quando figura como parte interessada no processo a firma empregadora de Conselheiro, este está impedido de exercer a função de Relator.
- IV. Somente o Presidente e o Vice-Presidente poderão requerer preferência ou a inclusão na ordem do dia de determinado assunto.
- V. O relator pode declarar-se suspeito ou impedido, devendo tal declaração ser acolhida pelo Presidente, que o substituirá de imediato por outro Conselheiro presente.

- A. V, V, V, F, V.
- B. F, V, V, F, F.
- C. F, F, V, F, F.
- D. V, F, F, V, F.
- E. V, V, F, V, V.

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 19ª REGIÃO - CRQ XIX
CONCURSO PÚBLICO 2018

35- Não é uma atribuição do Conselho Regional de Química:

- A. Registrar os profissionais e expedir a carteira profissional.
- B. Organizar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Química.
- C. Deliberar sobre questões oriundas de exercício de atividades afins às do químico.
- D. Publicar o relatório anual dos seus trabalhos e, periodicamente, a relação de todos os profissionais registrados.
- E. Fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à lei.

36- Acerca do Processo de Infração ao Código de Ética é correto afirmar:

- A. O foro para Julgamento das Infrações ao Código de Ética é o Conselho Regional de Química ao qual o profissional estiver vinculado, em qualquer caso.
- B. A suspensão do exercício profissional, por períodos variáveis de um mês a dois anos, constitui sanção aplicável às infrações ao Código de Ética.
- C. Quando a infração ao Código de Ética for cometida por titular da Delegacia do CRQ, é competência do Conselho Federal o julgamento dessa infração.
- D. Contra a decisão do Conselho Regional caberá recurso ao Conselho Federal, no prazo de dez dias úteis a contar da notificação da decisão.
- E. A penalidade de advertência em todos os casos será pública e deverá ser publicada no Diário Oficial ou em jornal de grande circulação.

37- Ainda sobre os Processos de Infração ao Código de Ética, é correto o que se afirma em:

- A. O processo será instaurado a partir de denúncia, escrita ou verbal, de cometimento de infração.
- B. A partir do recebimento da denúncia, será formado um processo administrativo formal, escrito e público.
- C. O profissional investigado tem o prazo de quinze dias úteis para apresentação da defesa, contados de sua notificação inicial.
- D. O julgamento do processo pelo Conselho Regional de Química tem caráter sigiloso e a decisão é tomada pelo voto da maioria absoluta dos membros do plenário, em votação secreta.
- E. Após o recebimento da defesa do profissional investigado, o Presidente da Comissão de Ética Profissional terá o prazo improrrogável de sessenta dias para encaminhar ao Presidente do CRQ o relatório final do processo com parecer conclusivo.

38- Não constitui infração ao Código de Ética dos Profissionais da Química:

- A. Requerer, para o exercício da profissão, a revalidação e registro do diploma estrangeiro.
- B. Produzir falsificações
- C. Quebrar sigilo profissional
- D. Dar falso testemunho

E. Praticar ato de improbidade profissional

39- De acordo com a legislação pertinente, a carteira Profissional do Químico deve conter, exceto:

- A. Tipo sanguíneo
- B. Número da Carteira Profissional do Químico
- C. Data da expedição do Diploma
- D. Assinaturas do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Regional de Química
- E. Declaração de validade como carteira de identidade e substituto do diploma

40- A respeito da fiscalização realizada pelos Conselhos Regionais de Química não se pode afirmar:

- A. Cada Conselho Regional de Química organizará e manterá um Corpo Permanente de Agentes Fiscais, subordinado ao Chefe do Serviço de Fiscalização, o qual será designado pelo Presidente do Conselho Regional de Química.
- B. Profissionais especializados poderão ser investidos, em caráter transitório, das funções de agente Fiscal pelo Presidente do Conselho Regional.
- C. Os Agentes Fiscais lavrarão termos de declaração e relatórios de vistoria.
- D. Caso seja identificada infração evidente dos dispositivos legais, o Presidente do Conselho Regional de Química acolherá a Representação e determinará a lavratura da Intimação a ser encaminhada ao infrator.
- E. O indiciado por infração aos dispositivos legais terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento da intimação, para regularizar sua situação perante o Conselho Regional de Química.